



Normas com incidência nos trabalhadores com vínculo de emprego público, regulada pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, constantes do projeto legislativo que estabelece o regime remuneratório das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos

Decreto-Lei n.º /
de

O Decreto-Lei n.º 115/2018, de 21 de dezembro, aprovou o novo regime das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos. Nos termos deste decreto-lei, procedeu-se à revisão, adaptação e concentração, num único diploma, da legislação que regulava as anteriores carreiras de conservador, de notário, de ajudante e de escriturário dos registos e do notariado, que passaram a constituir, respetivamente, as carreiras únicas de conservador de registos e de oficial de registos.

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 115/2018, a determinação do número de posições remuneratórias e a identificação dos respetivos níveis remuneratórios das novas carreiras faz-se por diploma próprio, a aprovar no prazo de 180 dias após a entrada em vigor daquele decreto-lei.

Operada a revisão da componente do estatuto das carreiras, importa agora rever, adaptar e atualizar, a componente do estatuto remuneratório.

Assim, e em conformidade com os princípios e regras consagradas nas Leis n.ºs 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, e 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, e na Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, o presente decreto-lei estabelece o novo regime remuneratório das carreiras especiais de conservador de registos e oficial de registos.

Das alterações promovidas pelo presente decreto-lei destacam-se: a concentração, num único diploma, deste regime remuneratório; a atualização do conceito de remuneração nestas carreiras, eliminando-se a divisão entre vencimento da categoria e vencimento de exercício; a determinação do número de posições remuneratórias e a identificação dos correspondentes níveis remuneratórios aplicáveis; e a previsão da remuneração mensal a abonar ao candidato à carreira de conservador de registos que frequente o curso de formação inicial específica correspondente.



Procedeu-se à eliminação dos designados emolumentos pessoais comuns, destinados a remunerar o trabalhador pelo estudo e preparação da prática de determinados atos em função do seu grau de complexidade, uma vez que se entende que estas funções são necessariamente inerentes ao conteúdo funcional do conservador de registos e do oficial de registos, conforme previsto no novo estatuto de carreiras aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115/2018, de 21 de dezembro.

No entanto, mantém-se o abono dos emolumentos pessoais não comuns, que visam remunerar a disponibilidade do conservador de registos e do oficial de registo para a prática de atos de registo civil fora do local de trabalho e/ou fora do horário normal de trabalho, designadamente para a celebração de casamentos.

Por outro lado, e ao contrário do que sucede na Região Autónoma da Madeira, cujos serviços de registos e notariado foram regionalizados através do Decreto-Lei n.º 247/2003, de 8 de outubro, continua a mostrar-se extremamente difícil o preenchimento de vagas de conservador de registos e de oficial de registos na Região Autónoma dos Açores, por falta de interessados, ocasionando graves perturbações na prestação de serviços aos cidadãos e empresas. Assim, no caso dos Açores, e como forma de incentivo, mantém-se o abono de subsídio de insularidade e de outros apoios aos trabalhadores daquelas carreiras que ocupem posto de trabalho nesta Região Autónoma.

No que se refere à transição dos atuais trabalhadores para a tabela remuneratória agora estabelecida, o regime remuneratório do presente decreto-lei aplica os princípios fixados no artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, bem como no artigo 104.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, designadamente o da neutralidade orçamental na transição.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

Foram ouvidos [...].

Foi promovida a audição [...].

Assim:

Ao abrigo do disposto no artigo 41.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, nos artigos 87.º e 149.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo àquela lei, no n.º 1 do artigo



104.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, nos artigos 6.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 115/2018, de 21 de dezembro, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposição preliminar

Artigo 1.º

Objeto

- 1 -O presente decreto-lei estabelece o regime remuneratório das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos, identificando o número de posições remuneratórias e os respetivos níveis da tabela remuneratória.
- 2 -O presente decreto-lei define, ainda, as regras de transição remuneratória dos trabalhadores integrados nas anteriores carreiras de conservador, de notário, de ajudante e de escrivão dos registos e do notariado, que transitaram, nos termos dos artigos 39.º a 41.º do Decreto-Lei n.º 115/2018, de 21 de dezembro, para as carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos.

CAPÍTULO II

Da remuneração das carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos

SECÇÃO I

Disposição Geral

Artigo 2.º

Componentes da remuneração

A remuneração do conservador de registos e do oficial de registos é composta por:

- a) Remuneração base;
- b) Suplementos remuneratórios;
- c) Prémios de desempenho.

SECÇÃO II

Da remuneração base



Artigo 3.º

Remuneração base

- 1 -A remuneração base é o montante pecuniário correspondente ao nível remuneratório da posição remuneratória onde o trabalhador se encontra na carreira e/ou categoria de que é titular.
- 2 -A remuneração base anual é paga em 14 mensalidades, correspondendo uma delas ao subsídio de Natal e outra ao subsídio de férias, nos termos da lei.

Artigo 4.º

Remuneração dos candidatos ao ingresso na carreira de conservador de registos

Os candidatos ao ingresso na carreira especial de conservador de registos, que frequentem o curso de formação inicial específica, têm direito a uma remuneração mensal de valor correspondente a 50% do primeiro nível remuneratório da primeira posição remuneratória desta carreira.

SECÇÃO III

Dos suplementos remuneratórios

Artigo 5.º

Condições gerais de atribuição

- 1 -Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, o conservador de registos e o oficial de registos beneficiam dos suplementos previstos no presente decreto-lei e demais legislação especial que lhes seja aplicável.
- 2 -Os suplementos remuneratórios são devidos e pagos em 12 meses por ano, apenas enquanto haja exercício efetivo de funções ou como tal considerado por lei.

Artigo 6.º

Suplementos remuneratórios

- 1 -O conservador de registos e o oficial de registos mantêm o direito ao abono de compensação pela celebração de casamentos, a pedido dos interessados, dentro ou fora do local de trabalho e/ou fora do horário normal de trabalho, de montante a fixar por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça.



- 2 - A compensação prevista no número anterior não é cumulável com suplementos devidos com fundamento no exercício das mesmas funções, designadamente por trabalho suplementar e por trabalho por turnos, nem com ajudas de custo e despesas de transporte.

Artigo 7.º

Subsídio de Insularidade

O conservador de registos e o oficial de registos em exercício de funções na Região Autónoma dos Açores, que à data da ocupação do posto de trabalho tenham residência há mais de um ano no Continente ou na Região Autónoma da Madeira, têm direito a um subsídio mensal de insularidade, de montante a fixar por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça.

Artigo 8.º

Despesas de viagem e transporte de bagagem

- 1 - O conservador de registos e o oficial de registos têm direito ao pagamento das despesas da viagem e transporte de bagagem entre o Continente ou a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores, para os próprios e para as pessoas que compõem o seu agregado familiar, no início do exercício de funções nesta Região, bem como no regresso, quando ocuparem efetivamente posto de trabalho no Continente.
- 2 - O conservador de registos e o oficial de registos têm igualmente direito, ao fim de um ano de exercício de funções na Região Autónoma dos Açores e enquanto tal exercício perdurar, ao pagamento, uma vez por ano, das passagens aéreas para férias no Continente, para o próprio e para as pessoas que compõem o seu agregado familiar.
- 3 - Os encargos a que se referem os números anteriores são suportados pelo Instituto dos Registos e Notariado, I.P., o qual procede à marcação das viagens através dos seus serviços centrais, devendo o respetivo pagamento ser solicitado até 15 dias ou até dois meses antes da data do embarque, consoante o pedido seja feito ao abrigo, respetivamente, do n.º 1 ou do n.º 2.

SECÇÃO III

Prémios de desempenho

Artigo 9.º



Atribuição

Os prémios de desempenho são atribuídos aos conservadores e oficiais de registo nos termos da portaria prevista no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 115/2018, de 21 de dezembro.

CAPÍTULO II

Posicionamento remuneratório

Artigo 10.º

Posições remuneratórias

- 1 -O número de posições remuneratórias da carreira especial de conservador de registos, bem como a identificação dos correspondentes níveis remuneratórios, de acordo com a tabela remuneratória única, constam do Anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.
- 2 -O número de posições remuneratórias da carreira especial de oficial de registos, bem como a identificação dos correspondentes níveis remuneratórios, de acordo com a tabela remuneratória única, constam do Anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.
- 3 -Os trabalhadores que ingressam nas carreiras especiais de conservador de registos e de oficial de registos são remunerados pela primeira posição das respetivas tabelas, exceto quando já possuam vínculo de contrato de trabalho em funções públicas e a sua remuneração corresponda a montante pecuniário mais elevado, que deve servir de referência para integração na respetiva tabela.
- 4 -Nas carreiras de conservador de registos e de oficial de registos são criadas as posições remuneratórias complementares a que correspondem os níveis remuneratórios constantes do Anexo III ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.
- 5 -As posições remuneratórias complementares referidas no número anterior são consideradas para efeitos de aplicação do disposto no artigo 104.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, mantido em vigor pela alínea c) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
- 6 -Todos os trabalhadores que transitem para a carreira de conservador de registos e para a carreira e categoria de oficial de registos que constem da lista nominativa referida no artigo 109.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, podem



ser posicionados, verificados os requisitos legais, nas posições remuneratórias complementares.

- 7 - A alteração da posição remuneratória em cada uma das carreiras e categorias referidas nos n.ºs 1 e 2 efetua-se nos termos previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Artigo 11.º

Reposicionamento remuneratório

- 1 - Na transição para a nova tabela remuneratória da carreira especial de conservador de registos, prevista no Anexo I ao presente decreto-lei, os trabalhadores desta carreira são reposicionados na posição remuneratória a que corresponda nível remuneratório cujo montante pecuniário seja idêntico à remuneração base a que têm direito na data da entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 2 - Na transição para a nova tabela remuneratória da carreira especial de oficial de registos, prevista no Anexo II ao presente decreto-lei, os trabalhadores desta carreira são reposicionados na posição remuneratória da categoria de oficial de registos a que corresponda nível remuneratório cujo montante pecuniário seja idêntico à remuneração base a que têm direito na data da entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 3 - Em caso de falta de identidade de nível remuneratório, os trabalhadores são reposicionados na posição remuneratória, automaticamente criada, de nível remuneratório não inferior ao da primeira posição da categoria para a qual transitam, cujo montante pecuniário seja idêntico à remuneração base a que têm direito na data da entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 4 - A remuneração base a que se referem os números anteriores é a que resulta da soma do vencimento de categoria e do vencimento de exercício a que os trabalhadores tenham direito, de acordo com o posto de trabalho de que são titulares na data de entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 5 - Os trabalhadores remunerados nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 287/94, de 14 de novembro, e 253/96, de 26 de dezembro, são reposicionados nos termos do n.º 1.

CAPÍTULO III

Disposições finais



Artigo 12.º

Regime subsidiário

Em tudo o que não se encontre especificamente regulado no presente decreto-lei, são aplicáveis, com as necessárias adaptações, os regimes constantes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, do Decreto-Lei n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, na sua redação atual.

Artigo 13.º

Norma revogatória

São revogadas as seguintes disposições e diplomas legais:

- a) Decreto-Lei n.º 38 610/1952, de 22 de janeiro;
- b) Artigos 52.º a 63.º, 68.º, 80.º a 84.º, 93.º e 95.º do Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de dezembro, na sua redação atual;
- c) Artigo 137.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de outubro, na sua redação atual;
- d) Decreto-Lei n.º 66/88, de 1 de março, na sua redação atual;
- e) Decreto-Lei n.º 131/91, de 2 de abril;
- f) Artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de maio, na sua redação atual;
- g) Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro, na sua redação atual;
- h) N.º 1 do artigo 110.º e n.º 1 do 111.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, na sua redação atual;
- i) Artigos 14.º e 16.º da tabela de emolumentos de registo civil aprovada em anexo à Portaria n.º 996/98, de 25 de novembro;
- j) Portaria n.º 940/99, de 27 de outubro;
- k) Portaria n.º 942/99, de 27 de outubro;
- l) Portaria n.º 1448/2001, de 29 de dezembro;

m) Despacho n.º 31/90, de 14 de agosto;

n) Despacho Normativo n.º 229/91, de 23 de setembro.

Artigo 14.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos a 1 de janeiro de 2020.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de [...].



ANEXO I

Carreira de Conservador de Registos

Posições Remunera tórias	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a	13 ^a	14 ^a
Níveis Remunera tórios da Tabela Única	32	36	40	44	48	52	56	59	62	65	68	71	74	77



ANEXO II

Carreira de Oficial de Registos

Categoria de Oficial de Registos

Posições Remuneratórias	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a
Níveis Remuneratórios da Tabela Única	11	15	19	23	27	31	35	37	39	41	42

Categoria de Oficial de Registos Especialista

Posições Remuneratórias	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a
Níveis Remuneratórios da Tabela Única	42	45	48	51	54	57

ANEXO III

Posições Remuneratórias Complementares

Carreira de Conservador de Registos

Posições Remuneratórias	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Níveis Remuneratórios da Tabela Única	79	82	85

Carreira de Oficial dos Registos

Categoria de Oficial de Registos

Posições Remuneratórias	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Níveis Remuneratórios da Tabela Única	44	48	52	56